

Alexandre Rocha Almeida de Moraes  
Fábio Ianni Goldfinger  
*Coordenadores*

# LEGISLAÇÃO PENAL EXTRAVAGANTE

## VOLUME I

- **CRIMES DE GENOCÍDIO** (Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956)
- **CRIMES HEDIONDOS** (Lei nº 8.072/90 e respectivas alterações)
- **LEI DE INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA** (Lei nº 9.296, de 24 de julho 1996)
- **CRIMES DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS** (Lei nº 9.434, de 1997)
- **LEI DE TORTURA** (Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997)
- **LAVAGEM DE DINHEIRO** (Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 e Lei nº 12.683, de 9 de julho de 2012)
- **ESTATUTO DO DESARMAMENTO** (Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003)
- **LEI DE DROGAS** (Lei nº 11.343, de 26 de agosto de 2006)
- **TERRORISMO** (Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016)
- **ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA** (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013)
- **ABUSO DE AUTORIDADE** (Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019)

Belo Horizonte

**FORUM**

CONHECIMENTO JURÍDICO

2022

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

#### Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto ( <i>in memoriam</i> )	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabrcio Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Rávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

## FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira  
Presidente e Editor

Apoio: Associação dos Magistrados Brasileiros

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo  
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012  
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949  
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail [editorial@editoraforum.com.br](mailto:editorial@editoraforum.com.br) para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L514	Legislação penal extravagante / coordenado por Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.  520p. ; 17cm x 24cm. - (v.1)]  Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-316-0  1. Direito Penal. 2. Direito Processual Penal. 3. Legislação Penal. 4. Crime organizado. I. Moraes, Alexandre Rocha Almeida de. II. Goldfinger, Fábio Ianni. III. Título. IV. Série.
2021-4621.	CDD: 345 CDU: 343

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de; GOLDFINGER, Fábio Ianni (coord.). *Legislação penal extravagante*: Volume I. Belo Horizonte: Fórum, 2022. 520p. ISBN 978-65-5518-316-0.

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger ..... 19

### CRIMES DE GENOCÍDIO – LEI Nº 2.889, DE 1º.10.1956

Anderson Vioto Silva.....	21
1 Contextualização histórica .....	21
1.1 Um breve introito sobre a humanidade .....	21
1.2 A evolução do crime de genocídio.....	23
1.3 O Massacre Haximu – Um crime de genocídio no contexto brasileiro .....	26
2 A Lei do Genocídio – Lei nº 2.889, de 1º.10.1956.....	27
2.1 Análise e crítica ao texto legal.....	28
2.1.1 Art. 1º – Genocídio propriamente dito .....	28
2.1.1.1 Concurso de crimes .....	31
2.1.2 Art. 2º – Associação para a prática de genocídio .....	32
2.1.3 Art. 3º – Incitação ao genocídio .....	33
2.1.4 Art. 4º – Causa especial de aumento de pena .....	34
2.1.5 Art. 5º – Tentativa .....	35
2.1.6 Art. 6º – Crimes políticos e extradição.....	35
2.2 Elemento teleológico e conflito aparente de normas .....	36
2.2.1 Genocídio e terrorismo .....	36
2.2.2 Crimes de guerra .....	37
2.2.3 Código Penal Militar .....	38
2.3 Competência e extraterritorialidade .....	38
3 O enfrentamento do crime de genocídio na comunidade internacional.....	39
3.1 Nuremberg e Tóquio: a gênese de uma tutela internacional .....	39
3.2 Os tribunais ad hoc de Ruanda e Ex-Iugoslávia .....	40
3.3 O Estatuto de Roma e o Tribunal Penal Internacional .....	42
Referências .....	44

### CRIMES HEDIONDOS – LEIS Nº 8.072/90, Nº 8.930/94, Nº 9.695/98, nº 11.464/07, nº 12.978/14, nº 13.142/15, nº 13.260/16 e nº 13.964/19

Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Ana Lígia Belisário Mutti Ferreira .....	47
1 Fundamento constitucional, garantismo social e mandados de criminalização .....	47
2 Origem ideológica e o Movimento Lei e Ordem .....	53
3 Crimes hediondos propriamente ditos .....	60
4 Consequências da hediondez .....	67
4.1 A impossibilidade de concessão de anistia, graça e indulto .....	67
4.2 A impossibilidade de concessão de fiança e a concessão de liberdade provisória.....	69
4.3 Regime inicial de cumprimento de pena e sistema prisional progressivo.....	71
4.4 A prisão temporária nos crimes hediondos e equiparados.....	76
4.5 O livramento condicional .....	77
4.6 O surgimento da “delação premiada” .....	78
Referências .....	78

### INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO MEIO DE PROVA – LEI Nº 9.296, DE 24 DE JULHO DE 1996

Gabriella Ramos, Alexandre Rocha Almeida de Moraes, Fábio Ianni Goldfinger .....	81
1 Introdução: contexto histórico e pós-modernidade .....	81
2 Interceptação telefônica: conceito e natureza jurídica .....	84
2.1 Conceito, natureza e espécies .....	84
3 Parâmetros e limites legais.....	89
3.1 Fumaça do bom direito e periculum in mora.....	89
3.2 Fundamentação judicial e delimitação da jurisdição .....	91
4 Objeto e sujeitos da interceptação .....	93
4.1 Prazo e prorrogação .....	95
4.2 Situações similares e a licitude do conteúdo interceptado mediante a infiltração de vírus.....	97
5 Da validade e ilicitude da prova.....	98
5.1 O crime de interceptação ilegal e a prova ilícita .....	100
5.2 Admissibilidade da prova ilícita .....	102
6 Da constitucionalidade da interceptação telefônica: uma análise crítica à luz do princípio da proporcionalidade .....	105
6.1 Restrições e limites constitucionais.....	105
6.2 Legitimidade da interceptação telefônica no combate à criminalidade organizada ..	108
7 Cadeia de custódia .....	111
Referências .....	112

ASPECTOS PENAIS DO CRIME DE TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS –  
LEI Nº 9.434, DE 1997

Patrícia Visnardi Gennari.....	117
1 Introdução.....	117
1.1 A epistemologia dos transplantes de órgãos, partes e tecidos: uma narrativa .. de poder	119
2 Apresentação geral dos tipos penais incriminadores da Lei nº 9.434/97 .....	127
2.1 Breve evolução legislativa .....	127
2.2 Breves notas sobre o bem jurídico e os tipos da Lei nº 9.434/97 .....	129
2.3 Alguns aspectos conceituais sobre o transplante de órgãos, ossos, partes e tecidos .....	133
3 O crime organizado no contexto da Lei nº 9.434/97 .....	135
3.1 A remoção ilegal de órgãos, partes e tecidos de pessoa ou cadáver (art. 14) .....	137
3.1.1 Tipos principais – Tipos simples (art. 14, caput, da Lei nº 9.434/97).....	137
3.1.1.1 Remoção onerosa de órgãos, partes e tecidos (art. 14, caput, c/c art. 1º).....	139
3.1.1.2 Remoção clandestina de órgãos, partes ou tecidos (art. 14, caput, c/c art. 2º).....	139
3.1.1.3 Remoção post mortem de órgãos, partes e tecidos sem o diagnóstico válido de morte encefálica (art. 14, caput, c/c art. 3º) .....	140
3.1.1.4 Remoção post mortem de órgãos, partes e tecidos sem o consentimento válido (art. 14, caput, c/c arts. 4º e 5º).....	142
3.1.1.5 Remoção de órgãos, partes e tecidos de pessoa não identificada (art. 14, caput, c/c art. 6º).....	143
3.1.1.6 Remoção de órgãos, partes e tecidos sem verificação da causa mortis (art. 14, caput, c/c parágrafo único do art. 7º).....	145
3.1.1.7 Remoção post mortem de órgãos, partes e tecidos e a não devolução do cadáver (art. 14, caput, c/c art. 8º).....	145
3.1.1.8 Remoção de órgãos, partes e tecidos inter vivos (art. 14, caput, c/c art. 9º).....	145
3.1.1.9 Remoção de órgãos, partes e tecidos obtidos por anúncio proibido (art. 14, caput, c/c art. 11) .....	147
3.1.1.10 Remoção de órgãos, partes e tecidos sem notificação às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos (art. 14, caput, c/c art. 13, caput) .....	148
3.1.2 Tipos acessórios/derivados – qualificados (art. 14, §§1º ao 4º, da Lei nº 9.434/97).....	148
3.1.2.1 Motivação (post mortem e inter vivos) .....	149
3.1.2.2 Lesão corporal grave .....	150
3.1.2.3 Lesão corporal gravíssima.....	150
3.1.2.4 Morte .....	150
3.2 O comércio de órgãos, partes ou tecidos humanos (art. 15).....	151
3.2.1 Tipo principal .....	151
3.2.2 Tipo equiparado.....	152
3.3 A transplantação criminosa de órgãos, partes ou tecidos (art. 16).....	153
3.4 O tráfico de órgãos, partes e tecidos em sentido estrito (art. 17).....	155
3.5 Realização de transplante ou enxerto sem o consentimento válido do receptor ou sua inscrição em lista de espera (art. 18).....	156
3.6 Devolução indigna ou posse ilegal do cadáver do doador .....	157
3.7 Publicidade ilegal para fins de captação de órgãos ou de financiamento particular (art. 20).....	158
Referências .....	159

LEI DE TORTURA – LEI Nº 9.455, DE 7.4.1997

Robson Alves Ribeiro .....	165
1 Contexto histórico e internacional .....	165
2 Fundamento constitucional.....	167
3 Natureza equiparada à hedionda.....	168
4 Imprescritibilidade .....	169
5 Ação penal e competência .....	171
6 Aspectos gerais dos delitos .....	172
7 Crimes em espécies .....	173
7.1 Das formas de tortura do art. 1º, I.....	173
7.1.1 Tortura-confissão (art. 1º, I, “a”).....	175
7.1.2 Tortura-crime (art. 1º, I, “b”).....	176
7.1.3 Tortura-preconceito (art. 1º, I, “c”).....	177
7.2 Tortura-castigo (art. 1º, II) .....	179
7.3 Tortura imprópria (art. 1º, §1º) .....	181
7.4 Tortura-omissão (art. 1º, §2º).....	183
8 Formas qualificadas (art. 1º, §3º) .....	185
9 Causas de aumento de pena (art. 1º, §4º) .....	187
10 Efeitos da condenação (art. 1º, §5º) .....	188
11 Fiança, graça e anistia (art. 1º, §6º) .....	190
12 Regime inicial de cumprimento de pena (art. 1º, §7º) .....	191

13	Extraterritorialidade (art. 2º).....	192
14	Considerações finais .....	193
	Referências .....	194

#### LAVAGEM DE DINHEIRO – LEI Nº 9.613, DE 3.3.1998 E LEI Nº 12.683, DE 9.7.2012

	Luiz Fernando Bugiga Rebellato.....	195
1	Evolução histórica e conceito.....	195
2	Fases da lavagem de dinheiro.....	197
3	Aspectos gerais da tutela penal da lavagem de dinheiro .....	198
3.1	Bem jurídico tutelado.....	198
3.2	Análise do tipo penal da lavagem de capitais .....	199
3.2.1	Infração penal antecedente.....	199
3.2.2	Objeto material e jurídico .....	202
3.2.3	Tipo objetivo.....	203
3.2.4	Sujeitos do crime.....	205
3.2.5	Tipo subjetivo .....	208
3.2.6	Figuras penais do art. 1º, §§1º e 2º, da Lei nº 9.613/1998.....	211
3.2.7	Natureza jurídica dos crimes de lavagem.....	213
3.2.8	Consumação e tentativa.....	214
3.2.9	Causas de aumento e diminuição de pena .....	215
3.2.10	Meios de obtenção de prova para a lavagem de dinheiro .....	218
3.2.11	Efeitos da condenação.....	220
4	Disposições processuais.....	220
4.1	Procedimento processual .....	220
4.2	Julgamento do delito de lavagem e a infração penal antecedente: conexão e questão prejudicial .....	221
4.3	Competência criminal para julgamento do delito de lavagem de dinheiro .....	223
4.3.1	Varas especializadas para processar e julgar os crimes contra o sistema financeiro nacional e os delitos de lavagem de dinheiro .....	225
4.3.2	Conexão entre as infrações penais anteriores e o delito de lavagem de dinheiro.....	227
4.4	Justa causa para o início da ação penal .....	230
4.5	Art. 366 do Código de Processo Penal: disciplina normativa específica da Lei de Lavagem de Dinheiro.....	231
5	Medidas assecuratórias reais previstas na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	232
5.1	Legitimidade e pressupostos .....	234
5.2	Liberação dos bens sujeitos às medidas assecuratórias .....	235
5.3	Da alienação antecipada .....	237
5.3.1	Legitimidade e procedimento para requerer a alienação antecipada dos bens .....	237
5.4	A administração dos bens relacionados às medidas cautelares .....	242
5.5	Bens, direitos e valores oriundos de crimes praticados no estrangeiro.....	243
6	Pessoas sujeitas aos mecanismos de controle.....	244
7	Disposições gerais .....	247
	Referências .....	249

#### ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI Nº 10.826, DE 22.12.2003

	Rodrigo de Andrade Figaro Caldeira.....	253
1	Evolução histórica .....	253
2	Aspectos gerais dos crimes previstos no Estatuto do Desarmamento .....	254
2.1	Bem jurídico tutelado.....	254
2.2	Competência .....	255
2.3	Constitucionalidade dos crimes de perigo abstrato .....	255
2.4	Conceitos.....	256
3	Posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12).....	258
3.1	Tipo objetivo.....	258
3.2	Elemento normativo.....	258
3.3	Elementos espaciais do tipo .....	259
3.3.1	Transporte de arma no interior de caminhão e de táxi.....	259
3.3.2	Posse irregular de arma de fogo x porte ilegal de arma de fogo.....	259
3.4	Bem jurídico tutelado.....	260
3.5	Objeto material.....	260
3.6	Sujeito ativo .....	260
3.7	Sujeito passivo.....	260
3.8	Elemento subjetivo do tipo.....	260
3.9	Consumação .....	260
3.10	Tentativa.....	260
3.11	Competência.....	261
3.12	Classificação doutrinária .....	261
3.13	Questões controversas .....	261
3.13.1	Arma de fogo defeituosa .....	261
3.13.2	Arma de fogo desmuniada.....	261

3.13.3	Arma de brinquedo .....	262
3.13.4	Necessidade de perícia .....	262
3.13.5	Concurso de crimes .....	262
3.13.6	Posse ou porte de mais de uma arma de fogo, munição ou acessório .....	263
3.13.7	Posse e porte de armas de fogo, munição ou acessório .....	263
3.13.8	Legítima defesa .....	263
3.13.9	Princípio da insignificância.....	264
3.13.10	Arma de fogo obsoleta e atipicidade da conduta .....	264
4	Omissão de cautela.....	265
4.1	Tipo objetivo.....	265
4.2	Bem jurídico.....	265
4.3	Objeto material.....	265
4.3.1	Art. 13, da Lei nº 10.826/03 x art. 19, §2º, “c”, do Decreto-Lei nº 3.688/41 .....	265
4.4	Sujeito ativo .....	266
4.5	Sujeito passivo.....	266
4.6	Elemento subjetivo do tipo.....	266
4.7	Consumação .....	266
4.8	Tentativa.....	266
4.9	Classificação .....	267
4.10	Competência.....	267
4.11	Figura equiparada .....	267
4.11.1	Tipo objetivo.....	267
4.11.2	Bem jurídico.....	268
4.11.3	Objeto material.....	268
4.11.4	Sujeito ativo .....	268
4.11.5	Sujeito passivo.....	268
4.11.6	Elemento subjetivo .....	268
4.11.7	Consumação .....	268
4.11.8	Tentativa.....	268
4.11.9	Classificação .....	269
4.11.10	Competência.....	269
5	Porte de arma fogo de uso permitido .....	269
5.1	Tipo objetivo.....	269
5.2	Elementos normativos do tipo.....	270
5.3	Bem jurídico.....	270
5.4	Objeto material.....	270
5.5	Sujeito ativo .....	270
5.6	Sujeito passivo.....	271
5.7	Elemento subjetivo do tipo.....	271
5.8	Consumação .....	271
5.9	Tentativa.....	271
5.10	Causa de aumento .....	271
5.11	Classificação .....	271
5.12	Competência.....	272
5.13	Inconstitucionalidade da vedação de fiança.....	272
6	Disparo de arma de fogo .....	272
6.1	Tipo objetivo.....	272
6.2	Elemento espacial do tipo.....	273
6.3	Crime subsidiário .....	273
6.4	Objeto jurídico.....	274
6.5	Objeto material.....	274
6.6	Sujeito ativo .....	274
6.7	Sujeito passivo.....	274
6.8	Elemento subjetivo .....	274
6.9	Consumação .....	274
6.10	Tentativa.....	274
6.11	Causa de aumento .....	274
6.12	Classificação .....	274
6.13	Competência.....	275
6.14	Inconstitucionalidade da vedação de fiança.....	275
7	Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito .....	275
7.1	Tipo objetivo.....	275
7.2	Elemento normativo.....	276
7.3	Bem jurídico.....	276
7.4	Objeto material.....	276
7.5	Sujeito ativo .....	276
7.6	Sujeito passivo.....	276
7.7	Elemento subjetivo .....	277
7.8	Consumação .....	277
7.9	Tentativa.....	277

7.10	Causa de aumento .....	277
7.11	Classificação .....	277
7.12	Competência.....	277
7.13	Insuscetibilidade de liberdade provisória.....	278
7.14	Questões controversas .....	278
7.15	Supressão ou alteração de marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato .....	278
7.15.1	Tipo objetivo.....	278
7.15.2	Objeto material.....	279
7.15.3	Consumação .....	279
7.15.4	Tentativa.....	279
7.15.5	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, competência .....	279
7.15.6	Classificação .....	279
7.16	Modificação das características da arma de fogo.....	279
7.16.1	Tipo objetivo.....	279
7.16.2	Bem jurídico.....	280
7.16.3	Objeto material.....	280
7.16.4	Sujeito ativo .....	280
7.16.5	Sujeito passivo.....	280
7.16.6	Elemento subjetivo .....	280
7.16.7	Consumação .....	280
7.16.8	Tentativa.....	280
7.16.9	Classificação .....	280
7.16.10	Competência.....	281
7.17	Posse ilegal de artefato explosivo ou incendiário .....	281
7.17.1	Tipo objetivo.....	281
7.17.2	Elemento normativo.....	281
7.17.3	Objeto material.....	281
7.17.4	Consumação .....	281
7.17.5	Tentativa.....	281
7.17.6	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo e competência .....	281
7.17.7	Classificação .....	281
7.18	Posse ou porte de arma de fogo com numeração, marca ou sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado .....	282
7.18.1	Tipo objetivo.....	282
7.18.2	Objeto material.....	282
7.18.3	Consumação .....	282
7.18.4	Tentativa.....	282
7.18.5	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, competência .....	283
7.18.6	Classificação .....	283
7.19	Venda, entrega ou fornecimento de arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente .....	283
7.19.1	Tipo objetivo.....	283
7.19.2	Bem jurídico.....	283
7.19.3	Objeto material.....	283
7.19.4	Sujeito ativo .....	283
7.19.5	Sujeito passivo.....	283
7.19.6	Elemento subjetivo .....	284
7.19.7	Consumação .....	284
7.19.8	Tentativa.....	284
7.19.9	Classificação .....	284
7.19.10	Competência.....	284
7.20	Produção, recarregamento, reciclagem ilegal ou adulteração de munição ou explosivo .....	284
7.20.1	Tipo objetivo.....	284
7.20.2	Elemento normativo.....	284
7.20.3	Objeto material.....	284
7.20.4	Consumação .....	285
7.20.5	Tentativa.....	285
7.20.6	Bem jurídico, sujeito ativo, sujeito passivo, elemento subjetivo, competência .....	285
7.20.7	Classificação .....	285
7.21	Porte ou posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.....	285
8	Comércio ilegal de arma de fogo.....	285
8.1	Tipo objetivo.....	286
8.2	Elemento normativo do tipo .....	286
8.3	Elemento subjetivo do tipo.....	286
8.4	Objeto jurídico.....	286
8.5	Objeto material.....	287
8.6	Sujeito ativo .....	287
8.6.1	(Des)necessidade de habitualidade da atividade .....	287

8.7	Sujeito passivo.....	287
8.8	Consumação.....	287
8.9	Tentativa.....	287
8.10	Causa de aumento.....	287
8.11	Classificação.....	288
8.12	Vedação à liberdade provisória.....	288
8.13	Figura equiparada.....	288
9	Tráfico internacional de arma de fogo.....	289
9.1	Tipo objetivo.....	289
9.2	Elemento normativo.....	289
9.3	Bem jurídico.....	289
9.4	Objeto material.....	289
9.5	Sujeito ativo.....	289
9.6	Sujeito passivo.....	289
9.7	Elemento subjetivo.....	290
9.8	Consumação.....	290
9.9	Tentativa.....	290
9.10	Causa de aumento.....	290
9.11	Classificação.....	290
9.12	Competência.....	290
9.13	Contrabando (art. 334-A, do CP) x tráfico internacional de arma de fogo.....	291
9.14	Art. 12, da Lei nº 7.170/83 x tráfico internacional de arma de fogo.....	291
9.15	Figura equiparada.....	291
	Referências.....	291

#### LEI DE DROGAS – LEI Nº 11.343, DE 26.8.2006

Bianka Machado Arruda Mendes.....	293	
1	Evolução histórica da legislação brasileira quanto ao crime de tráfico de drogas.....	293
2	Conceito de droga.....	297
3	Porte para consumo: art. 28, da Lei de Drogas.....	297
3.1	Bem jurídico tutelado.....	299
3.2	Descriminalização, despenalização ou desprisonalização.....	299
3.3	Porte de drogas e princípio da insignificância.....	302
3.4	Sujeito passivo e princípio da alteridade no crime de porte de drogas.....	303
3.5	Inconstitucionalidade do porte de drogas na América Latina: Argentina e Colômbia.....	304
3.6	Brasil e a inconstitucionalidade do art. 28, da Lei de Drogas.....	305
4	Brasil e os produtos de cannabis para fins medicinais de uso humano: plantio, cultura e colheita; fabricação, importação, comercialização e prescrição.....	308
5	Argumentos controversos e a adequada compreensão dos elementos que configuram o tipo penal do tráfico de drogas.....	310
6	Elementos necessários para diferenciar a associação para o tráfico do concurso eventual de pessoas.....	315
7	Considerações finais.....	316
	Referências.....	317

#### TERRORISMO – LEI Nº 13.260, DE 16.3.2016

Carlos Alberto Pereira Leitão Junior.....	321	
1	Introdução.....	321
2	Evolução legislativa no Brasil.....	325
3	Conceito de terrorismo.....	329
3.1	Especial motivo de agir.....	330
3.1.1	Xenofobia.....	330
3.1.2	Discriminação.....	330
3.1.3	Preconceito.....	330
3.1.4	Raça.....	330
3.1.5	Cor.....	331
3.1.6	Etnia.....	331
3.1.7	Religião.....	331
3.2	Especial fim de agir.....	331
3.3	Exposição a perigo de pessoa, patrimônio, paz pública ou incolumidade pública.....	332
3.4	Bem jurídico tutelado.....	332
3.5	Tipo subjetivo.....	332
3.6	Sujeito ativo.....	332
3.7	Sujeito passivo.....	333
3.8	Atos de terrorismo.....	333
3.8.1	Atos de terrorismo previstos no inc. I, do §1º, do art. 2º.....	333
3.8.2	Atos de terrorismo previstos no inc. IV, do §1º, do art. 2º.....	334
3.8.3	Atos de terrorismo previstos no inc. V, do §1º, do art. 2º.....	335
3.9	Consumação.....	335

3.10	Tentativa.....	335
3.11	Classificação doutrinária .....	335
3.12	Manifestações sociais como causa excludente de tipicidade .....	335
4	Organização terrorista .....	336
4.1	Tipicidade objetiva .....	336
4.2	Elemento subjetivo .....	337
4.3	Bem jurídico tutelado .....	337
4.4	Sujeito ativo .....	337
4.5	Sujeito passivo.....	337
4.6	Consumação .....	337
4.7	Tentativa.....	337
4.8	Classificação doutrinária .....	338
5	Atos preparatórios.....	338
5.1	Punição de atos preparatórios de terrorismo .....	338
5.2	Art. 5º, caput, da Lei nº 13.260/16.....	340
5.2.1	Elemento subjetivo .....	340
5.2.2	Bem jurídico tutelado.....	340
5.2.3	Sujeito ativo .....	341
5.2.4	Sujeito passivo.....	341
5.2.5	Consumação .....	341
5.2.6	Tentativa.....	341
5.2.7	Classificação .....	341
5.3	Figuras equiparadas.....	341
5.3.1	Conduta prevista no art. 5º, §1º, inc. I, da Lei nº 13.260/16.....	341
5.3.2	Conduta prevista no art. 5º, §1º, inc. II, da Lei nº 13.260/16 .....	342
5.3.3	Elemento subjetivo .....	342
5.3.4	Bem jurídico .....	342
5.3.5	Sujeito ativo .....	342
5.3.6	Sujeito passivo.....	342
5.3.7	Consumação .....	342
5.3.8	Tentativa.....	342
5.3.9	Classificação .....	343
6	Financiamento ao terrorismo.....	343
6.1	Tipicidade objetiva .....	343
6.2	Elemento subjetivo .....	343
6.3	Bem jurídico tutelado.....	343
6.4	Sujeito ativo .....	344
6.5	Sujeito passivo .....	344
6.6	Consumação .....	344
6.7	Tentativa.....	344
6.8	Classificação .....	344
6.9	Figura equiparada .....	344
7	Causa de aumento .....	345
8	Arrependimento eficaz e desistência voluntária.....	345
9	Competência para processar e julgar os crimes da Lei nº 13.260/16 .....	346
10	Natureza hedionda: teoria restritiva x teoria ampliativa.....	347
11	Ticking bomb scenario theory .....	347
12	Direito penal do inimigo e terrorismo .....	349
12.1	Ainda sobre o direito penal do inimigo .....	349
	Referências .....	353

#### ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA – LEI Nº 12.850, DE 2.8.2013

Flávio Eduardo Turessi .....	357	
Introdução.....	357	
1	Sociedade e crime organizado: raízes históricas e desenvolvimento na era pós-moderna.....	357
2	Globalização, internacionalização do direito penal e o panorama legislativo brasileiro no enfrentamento aos delitos de organização .....	359
I	Da organização criminosa (arts. 1º e 2º) .....	364
II	Da investigação e dos meios de obtenção da prova (arts. 3º a 21).....	377
III	Disposições finais (arts. 22 a 27) .....	458
	Referências .....	465

#### LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 13.869, DE 5.9.2019

Robson Alves Ribeiro .....	469	
1	Evolução histórica .....	469
2	Aspectos gerais dos delitos .....	473
2.1	Bens jurídicos tutelados.....	473
2.2	Competência.....	474
2.3	Elemento subjetivo do tipo.....	475

3	Disciplina legal.....	476
3.1	Disposições gerais.....	476
3.2	Dos sujeitos do crime .....	477
3.3	Da ação penal .....	477
3.4	Dos efeitos da condenação e das penas restritivas de direitos .....	478
3.4.1	Dos efeitos da condenação .....	478
3.4.2	Das penas restritivas de direitos.....	479
3.5	Das sanções de natureza civil e administrativa.....	479
3.6	Dos crimes e das penas .....	480
3.6.1	Art. 9º.....	480
3.6.2	Art. 10 .....	483
3.6.3	Art. 11 (vetado) .....	485
3.6.4	Art. 12 .....	485
3.6.5	Art. 13 .....	489
3.6.6	Art. 14 (vetado) .....	491
3.6.7	Art. 15 .....	491
3.6.8	Art. 16 .....	494
3.6.9	Art. 17 (vetado) .....	495
3.6.10	Art. 18 .....	495
3.6.11	Art. 19 .....	496
3.6.12	Art. 20 .....	497
3.6.13	Art. 21 .....	499
3.6.14	Art. 22 .....	501
3.6.15	Art. 23 .....	502
3.6.16	Art. 24 .....	503
3.6.17	Art. 25 .....	504
3.6.18	Art. 26 (vetado) .....	505
3.6.19	Art. 27 .....	505
3.6.20	Art. 28 .....	506
3.6.21	Art. 29 .....	507
3.6.22	Art. 30 .....	508
3.6.23	Art. 31 .....	509
3.6.24	Art. 32 .....	510
3.6.25	Art. 33 .....	511
3.6.26	Art. 34 (vetado) .....	512
3.6.27	Art. 35 (vetado) .....	512
3.6.28	Art. 36 .....	512
3.6.29	Art. 37 .....	513
3.6.30	Art. 38 .....	514
3.7	Do procedimento .....	514
3.8	Disposições finais.....	515
	Referências .....	517
	SOBRE OS AUTORES.....	519